

A fôrma, o bolo e o Congresso

Mudaram a fôrma, mas o bolo é o mesmo, dissemos dias atrás. Hoje seríamos tentados a crer, para mal de nossos pecados, que mudaram a fôrma, sim, mas também usaram farinha estragada para fazer o bolo. Em outras palavras, que a classe política, tal qual se representa em muitas posições-chave do Congresso Nacional, pouco se preocupa com o que a população possa dela pensar.

Tendo votado o impeachment do presidente Collor de Mello, deputados e senadores consideram-se acima do bem e do mal, julgando ter crescido em estima perante a opinião pública, esse índice de popularidade permitindo-lhes que tudo façam, ou, o que é pior, deixem de fazer. Por isso, os assuntos sérios são tratados como se vulgares fossem. Assim aconteceu, por exemplo, no Senado, com o exame da emenda constitucional que institui o chamado ajuste fiscal, relatada oralmente numa comissão a fim de se ganhar tempo. Se a Constituição se muda com pareceres orais para ganhar tempo, por que o Orçamento da União deve ser votado até 31 de dezembro do ano anterior? Especialmente, neste caso, quando o importante parece ser perder tempo a fim de que o Tesouro possa só gastar duodécimos enquanto a peça orçamentária não é sancionada pelo chefe de Estado. O Orçamento não se vota para que o tempo de gastar seja curto; a emenda constitucional se vota apressadamente pa-

ra que o tempo de arrecadar seja longo. No fundo, é o mesmo desrespeito ao público.

No caso do Orçamento, bem pesadas as coisas, é irresponsabilidade maior, porque o ministro da Fazenda vai discutir com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a situação das finanças públicas, sem poder oferecer como sustentação de seus argumentos ao menos a peça orçamentária. O que poderá dizer, justificando nada saber, é que estamos em fevereiro e o Congresso ainda não votou a Lei de Meios. O Congresso, por sua vez, ofendido em seus bríos, retrucará, como alguém já o fez, que o atraso se deve ao fato de o presidente Itamar Franco, efetivado na Presidência, haver emendado o projeto original. O problema, porém, é que a demora na aprovação do Orçamento é de tal ordem que começa a dar na vista — não do contribuinte, que pode recusar-se a pagar impostos em janeiro e fevereiro, pois não há lei que os preveja, mas dos próprios integrantes do Congresso. No ano passado, o senador Suplicy estranhou a demora no encaminhamento do projeto à sanção e o aparecimento, fantasmagórico parece, de emendas não examinadas pelo plenário. Não se soube que sua representação tivesse obtido resposta — pelo menos os acusados não cuidaram de tornar público o resulta-



do da investigação, iniciada com grande alarde. Agora, o deputado Paulo Bernardo (PT-PR) manifesta idênticos temores, só que antes da aprovação do Orçamento: por que o relator-geral não convoca reunião da comissão mista a fim de discutir seu parecer?

Desde janeiro que alguns deputados (do PT, do PSDB, do PDT e do PMDB) querem que a comissão saiba o que será votado, e nada! No próximo dia 15, regimentalmente, estarão extintos os mandatos de todos os integrantes de todas as comissões. Então, para que a República possa ter Orçamento, será preciso que o relatório seja apresentado em plenário e votado assim como veio, na maior confusão. Não cremos que o deputado Paulo Bernardo tenha razão na insinuação que faz, mascarada sob a expressão "irregularidade brutal". Estranho, porém, é que o senador Mansueto de Lavor a ninguém fale de seu relatório e se limite a discutir com os líderes o que fará para garantir a aprovação de uma peça orçamentária que será dele. Dele e dos líderes, não do Congresso.

Este Orçamento de 1993, ainda não votado em fevereiro, dará o que falar, sobretudo se considerarmos o quiproquó que já provocou, quando o líder Roberto Freire, preocupado com a demora na vota-

ção da Lei de Meios e temendo que das 70 e tantas mil emendas apresentadas resultasse um Orçamento inadministrável, propôs só fossem aceitas emendas de caráter e propósito nacionais. Foi um deus-nós-acuda, o líder do governo acusado de procurar interferir na prerrogativa soberana de deputados e senadores destinarem verba federal para construir um sambódromo em São Paulo. O líder deu as explicações pertinentes, o assunto morreu por aí e o Orçamento continua sendo penosamente examinado pelo senador Mansueto de Lavor. O tempo? Ele não existe para quem, com Orçamento ou não, tem seus vencimentos pagos em dia...

O tratamento dispensado pelo Senado à emenda constitucional que institui o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira e pelo Congresso ao Orçamento indica claramente que, depois de aprovar o impeachment do presidente da República, o Congresso se julga em paz com a opinião pública e tem a consciência do dever cumprido. Entre as máximas cheias de sabedoria que os clássicos nos legaram, há uma sobre a qual os ilustres membros do Congresso deveriam meditar: *Quis custodiet ipsos Custodes?* — Quem guardará os próprios guardas? Mais dia menos dia, a opinião pública tomará consciência de que ela é o fiscal do Congresso. E pedirá contas. Só esperamos que este dia não venha a ser o "dia da ira, aquele dia..."